



ELO



ÓRGÃO
DA ASSOCIAÇÃO
DOS DEFICIENTES
DAS FORÇAS ARMADAS

Ano XII - N.º 146

DIRECTOR: J. EDUARDO L. CASCADA

Mensário — Julho — 1986 — 25\$00

EDITORIAL fô- -lego

APRESENTÁMO-NOS às eleições como um conjunto heterogéneo de sócios dispostos a proporcionar um novo impulso à nossa Associação, respeitando os que nos precederam e que, desde a fundação até agora, souberam, ao longo destes doze anos com mais ou menos vicissitudes, valorizar a ADFA e defender os interesses dos deficientes.

Recentemente empossados mas já com cerca de dois meses de trabalho, afirmamo-nos como uma *equipa coesa*, apostando numa *actuação pragmática* na condução da ADFA, escolhendo sempre a *solução do consenso*. Interessa-nos sobremaneira, atacar e resolver os *problemas concretos dos deficientes militares* e também e de algum modo, os dos deficientes em geral.

SOMOS *politicamente neutros* defendendo a *via do diálogo* como a única passível de levar a bom termo os objectivos que nos propusemos. Não deixaremos de lado uma *perspectiva crítica*, mas sempre *construtiva* que não colide com a *franqueza* de quem dialoga *sem preconceitos*.

Revitalizar, incentivar, promover, formar, informar, divulgar, numa palavra — comunicar — são as linhas mestras do nosso dia a dia, no propósito de fomentar a ADFA, tanto interna como externamente.

QUEREMOS uma ADFA que todos os sócios, sem qualquer excepção, sintam como sua e a vivam participando activamente. É também nossa intenção criar condições para que os filhos e esposas dos deficientes a frequentem, introduzindo um certo «civilismo» que porventura devido a inércia, tem andado arredado das nossas actividades. A talhe de foice, refira-se que este conceito é tido em conta em todas as relações desta direcção.

O que se nos afigura mudar são assim e fundamentalmente as atitudes. É necessário que os deficientes militares olhem a Associação numa perspectiva de servir e ser servidos, e se sintam orgulhosos de através dela levarem a cabo uma obra digna e generosa em prol de toda a comunidade. Por outro lado, é importante que todos os militares a acarinhem e a sintam também um pouco como sua, porque o é de facto. O público em geral que já nos vê como instituição idómea, continuará a acompanhar-nos — estamos certos — dando-nos o seu apoio. Aqui deixamos uma saudação para todos e, em especial, aos que quiserem trabalhar connosco.

A DIRECÇÃO



Encontro na Madeira

pág. 5



Barreiras

**passo
a passo...**
pág. 12

Tipografia-Escola

**Trabalho
protegido
em perspectiva**

pág. 2

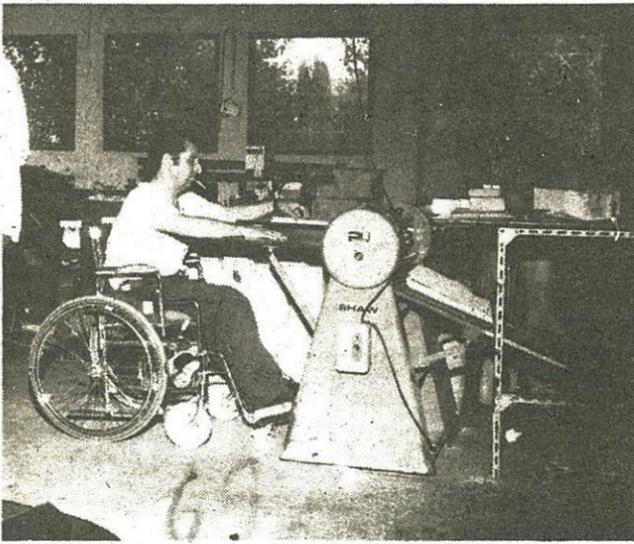
Elo sonoro

pág. 12

Matosinhos deu terreno

pág. 3

O que pensa a Direcção
centrais



Tipografia-Escola da ADFA

Proposta para Centro de Emprego Protegido

A ADFA propôs ao Instituto do Emprego e Formação Profissional a criação de um Centro de Emprego Protegido na sua Tipografia-Escola com a finalidade de proporcionar maiores oportunidades de formação profissional e acesso ao emprego a deficientes da área de Lisboa.

A proposta enviada ao IEFPP, começa por fazer um breve historial da criação e evolução da Tipografia-Escola, dos investimentos feitos pela ADFA na sua modernização.

Nela é particularmente referida a sua situação económica francamente boa, mas não capaz de suportar os encargos que adviriam da admissão e formação de novos trabalhadores, dadas as dificuldades financeiras que a ADFA enfrenta actualmente.

A reformulação do estatuto da oficina de Tipografia transformando-a num Centro de Emprego Protegido proporcionaria à população deficiente da área de Lisboa, nomeadamente deficientes motores e do foro psíquico oportunidades de formação profissional no sector das artes gráficas, campo perfeitamente adaptado às características daqueles deficientes e onde podem ser desenvolvidas todas as suas aptidões e capacidades orientadas e assistidas por equipas técnicas espe-

cializadas no domínio da reabilitação.

Tal evolução visaria ainda garantir emprego estável, não só durante a fase de aprendizagem mas também no período posterior à formação, mantendo os formados em actividades até à sua eventual transferência para um emprego normal.

O que se pretende é apostar na valorização profissional no domínio de uma tecnologia avançada como é o caso da fotocomposição e do offset, áreas que devem ser abertas aos deficientes, de modo a garantir o seu ingresso em postos de trabalho que exigem elevado grau de qualificação e, portanto, onde as oportunidades de emprego são maiores.

Formação integrada

A proposta prevê a criação a nível da estrutura produtiva de condições técnicas que possibilitem um sistema de formação integrada no ramo das artes gráficas, percorrendo um circuito de aprendizagem que vai apresentando cada vez maiores exigências e onde o trabalhador vai acumulando sucessivas experiências que lhe permitem uma qualificação profissional superior à média dos operários do sector.

Esta formação por estádios começaria pela composição manual, passando depois de etapa em etapa até à fotocomposição e offset.

Novos órgãos sociais

As eleições para os Órgãos Sociais Centrais e para os órgãos próprios da Delegação de Viseu, realizadas em 18 de Junho decorreram com normalidade, delas resultando a eleição das listas únicas que se apresentavam a sufrágio.

Eis a constituição dos órgãos eleitos:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL

Presidente — José dos Santos Rodrigues Teixeira, sócio n.º 1201
1.º Secretário — Bernardino Guimarães Correia, sócio n.º 6220
2.º Secretário — Joaquim Sequeira Ferreira, sócio n.º 3420

DIRECÇÃO CENTRAL

Presidente — António dos Santos Carreiro, sócio n.º 1334
Vice-Presidente — Henrique Arantes Lopes de Mendonça, sócio n.º 1081
1.º Secretário — Armando Ramos Alves, sócio n.º 248
2.º Secretário — Augusto António Catarino Salgado, sócio n.º 6627
Tesoureiro — Orlando Ávaro Correia, sócio n.º 209

CONSELHO FISCAL CENTRAL

Presidente — Manuel Luís Gonçalves Botelho da Costa, sócio n.º 5112
Secretário — António Manuel Garcia Miranda, sócio n.º 3097
Relator — José António Gólfia Nanorado Malacriz, sócio n.º 9670
1.º Vogal — Rui Augusto Jesus Rodrigues da Silva, sócio n.º 1861
2.º Vogal — Manuel António Costa Massano, sócio n.º 783

CONSELHO NACIONAL

Efectivos — José dos Santos Couto Ramos, sócio n.º 234; Armando Manuel Guedes da Fonte, sócio n.º 2943; Mário Gomes Silveira, sócio n.º 91; Rogério Pompeu Tendinha da Silva, sócio n.º 1329
Suplentes — Carlos Manuel Fanado, sócio n.º 276; António Gastão Carvalho Costa, sócio n.º 5335; Dionísio Cardoso Mesquita, sócio n.º 5624

DELEGAÇÃO DE VISEU

Presidente — Jorge Teixeira Carneiro, sócio n.º 631
Secretário — José Manuel Almeida do Carmo, sócio n.º 2876
Tesoureiro — Luís de Almeida Marques, sócio n.º 9097

Férias

Sede

À semelhança de anos anteriores, alguns dos serviços da Sede estarão encerrados durante o mês de Agosto, para férias do pessoal.

Manter-se-á, no entanto, em funcionamento a Recepção-Secretaria, para atendimento aos sócios e pagamentos de quotas.

Bragança

A Delegação de Bragança encontra-se encerrada até 8 de Agosto.

Faro

A Delegação de Faro estará encerrada durante todo o mês de Agosto. No entanto, para qualquer caso urgente, os associados poderão contactar o empregado da Delegação através do telefone 22954, e este deslocar-se-á a Faro caso o assunto justifique.

Viseu

A Delegação de Viseu reabre já no próximo dia 1 de Agosto.



● Passagem de testemunho

A nova Direcção Central da ADFA, nas suas primeiras reuniões após a tomada de posse, nalgumas das quais têm participado elementos da anterior Direcção numa curial «passagem de testemunho», definiu áreas privilegiadas de actuação para cada um dos seus membros e um esquema de permanência destinado a assegurar que todos os dias haja pelo menos um elemento na Sede.

● Áreas de actuação

Assim, o presidente António Carreiro ocupar-se-á prioritariamente das questões relacionadas com o ELO, o Contencioso, e as relações com as entidades externas, nacionais e internacionais.

Henrique Mendonça ficará especialmente incumbido da organização dos serviços.

Armando Alves encarregar-se-á da Tipografia, Fotografia, Centro de Reabilitação e Formação Profissional Integrada do Porto e ligação a todos os Órgãos Sociais.

Catarino Salgado tem a seu cargo a Dinamização, Desporto e Cultura.

Orlando Correia ocupar-se-á da Tesouraria, Contabilidade e Pessoal.

Esta divisão, segundo nos informaram, visa fins exclusivos de funcionalidade e não corresponde a uma criação de áreas estanques dentro da ADFA nem a uma departamentalização da Direcção, que continuará a ter um funcionamento colegial e solidário de todos os seus membros.

Neste aspecto foi-nos ainda dito ser pretendido dos actuais Órgãos Centrais tomar todas as suas decisões por unanimidade.

● Pedidos de audiência

A Direcção pediu já entrevistas ao Secretário de Estado da Defesa e ao Secretário Nacional de Reabilitação, e enviou cartas a diversos organismos e entidades relacionados com a ADFA, informando da sua linha programática.

A primeira das audiências solicitadas destinou-se a fazer o ponto da situação às iniciativas em curso no âmbito legislativo, nomeadamente a acumulação de indemnizações e vencimentos da Função Pública. A segunda constituirá uma primeira tomada de contacto da nova Direcção com um Secretário Nacional também ele novo no cargo, e a troca de impressões sobre os vários problemas da ADFA em que aquele órgão poderá ter intervenção.

● Relações com a CEE

Entretanto, no dia 17 de Julho realizou-se uma reunião de associações de e para deficientes com técnicos do SNR, em que a ADFA esteve presente, destinada a obter esclarecimentos sobre os programas da CEE para os deficientes e, nomeadamente, as fórmulas de recurso às verbas do Fundo Social Europeu.

O responsável pela Comissão Europeia para os Assuntos relacionados com os Deficientes desloca-se a Portugal em Novembro para troca de informações com organizações não governamentais dos deficientes portugueses e espanhóis.

A CEE suportará as despesas resultantes deste encontro, mas limitou a um máximo de 10 a 12 o número de organizações de cada um dos países que nele irão participar.

Esta informação foi prestada pelo SNR durante a reunião acima aludida, em que a Direcção da ADFA esteve presente.

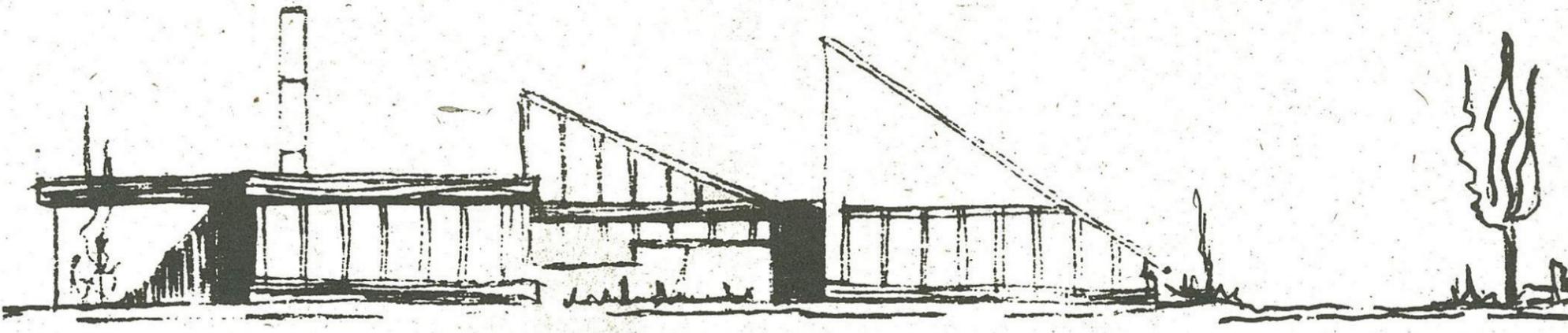
Outra informação obtida nesse encontro foi a de que a Rede de Centros Modelo de Reabilitação e Formação Profissional da CEE solicitou a Portugal que se integre nesse organismo, estando em curso diligências para a escolha de dois centros portugueses a integrar nessa Rede modelar.



Propriedade, Administração e Redacção:
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
 Palácio da Independência — L. S. Domingos — 1194 Lisboa Codex
 Tel. 3621 67/8/9

Corpo Redactorial:
 António Augusto Almeida Santos,
 Armando Roque,
 Barros Dias, Cid dos Santos

Composto e impresso:
 Empresa Pública Diário Popular (EPDP)
 Rua Luz Soriano, 67
 LISBOA



Centro de Reabilitação e Formação Profissional

Câmara de Matosinhos cede terreno

A Câmara Municipal de Matosinhos cedeu à ADFA um terreno situado à saída da cidade do Porto, num ponto de confluência dos principais eixos viários, destinado à construção do Centro de Reabilitação e Formação Profissional.

O arranque da construção, nos termos do acordo celebrado com o Instituto do Emprego e Formação Profissional em 16 de Setembro de 1985, desenha-se assim a curto prazo. O director do Serviço de Reabilitação e Emprego de Deficientes do IIEFP, dr. António Proença, esteve recentemente na Delegação do Porto para fazer o ponto à situação.

Entretanto o projecto de funcionamento deste Centro, que contará com o apoio financeiro inicial do IIEFP de 20 mil contos para início de construção, seguido de financiamentos a definir mediante apresentação de planos de despesas, está já estruturado de uma forma quase se não mesmo definitiva.

Mas é importante que nos detenhamos nos aspectos teóricos para melhor compreender a importância das novas concepções de reabilitação que vão nortear a acção deste Centro de Reabilitação e Formação Profissional;

A NOVA PERSPECTIVA

A década de oitenta introduz no campo teórico da reabilitação a problematização de aspectos cujo avanço se consolida no imediato mas não consegue transpô-los para a prática, tornando de algum modo ineficaz e frustrante o debate. A revolução filosófica e cultural primeiro, posteriormente as políticas, haveriam de conduzir à evolução do campo teórico.

Todavia a evolução das sociedades não atingiu ainda — alguns pensam mesmo que nunca o farão — a fase da praxização efectiva e cabal das teorias. Como justificação mais vulgar para tal, surge o velho e malfadado argumento da dificuldade económica. Provavelmente este é o escudo sempre usado para esconder um outro fenómeno social: o da segregação das minorias sociais, particularmente da que está

em apreço, pois para além do mais, fere e choça a boa paz individual e social!

Há assim hoje um conjunto de princípios a este nível que são mais ou menos consensuais e que deverão presidir a qualquer intento neste domínio.

— A deficiência não é sinónimo de doença ou incapacidade, «tout court»; é sim sinónimo de **limitação parcial da capacidade** para a execução de um papel que é normal em relação com a idade, sexo, factores culturais ou sociais. O papel social constitui-se assim em factor central na definição de deficiência. Daqui resulta o carácter cultural do conceito, isto é, a sua relatividade.

— Os dois vectores fundamentais da reabilitação das pessoas deficientes devem sofrer uma alteração qualitativa:

- no aspecto socio-filosófico não bastará proclamar teórica e abstratamente a igualdade e a plena cidadania; é necessário intervir culturalmente, pela mobilização e pela reforma;

- no aspecto económico é preciso condenar à morte o velho e malfadado argumento dos custos económicos. Seria conveniente a comparação, em termos económicos dos custos com os benefícios que advêm de uma correcta e eficaz política de reabilitação.

— O mero estatuto de consumidor social, tem de dar lugar à plena cidadania pela participação sempre acrescida das pessoas deficientes, das suas orga-

nizações e das famílias, na definição das necessidades, dos objectivos da reabilitação e na definição das estratégias e das formas institucionais de consecução e realização. O contrário, isto é, a ausência dos próprios meios de concepção e de decisão, gera incorrecção, ineficácia e desperdício de meios humanos e económicos

TECNOLOGIAS NOVAS

— O desenvolvimento das modernas tecnologias pode ajudar soberanamente os programas de reabilitação. O sucesso ou insucesso destes está assim também dependente do aproveitamento que delás se fizer a todos os níveis: prevenção, ajuda técnica, integração profissional, etc.

— A sensibilização da opinião pública é um trabalho fundamental: a marginalização e o afastamento a que os deficientes se votam são gerados pelo estigma social que sobre eles recai. A errada avaliação que a sociedade faz do deficiente atesta a sua própria deficiência, a sua incapacidade e promove a urgência da sua própria reabilitação.

— É profunda a falta de conhecimento acerca da problemática da defi-

ciência e da inerente reabilitação. É preciso retirar a temática da família, dos centros de refúgio, dos «ghetos» e trazê-la para a primeira linha das preocupações, desenvolvendo a investigação científica nos locais próprios: universidade, institutos de investigação, etc. A principal causa da incúria neste domínio é o desconhecimento do problema e das vias técnicas adequadas para o trabalhador.

— A integração das pessoas deficientes terá de resultar de uma mútua aproximação. Uma das formas privilegiadas da aproximação por parte da sociedade é a formação técnica adequada e capaz de todos os profissionais que intervêm no processo reabilitacional, pondo termo à improvisação, ao empirismo e por vezes mesmo ao oportunismo reinantes.

MÉTODOS NOVOS

— A plena e efectiva integração social não é mais um trabalho multi-parcelar onde reina a descoordenação e onde diferentes técnicos em diferentes locais, por processos diferentes, prosseguem um trabalho que se

pretenderia comum e coordenado. O pólo central da questão é a pessoa deficiente. A sua situação e as suas potencialidades e limitações devem presidir à concepção e desenvolvimento dos serviços de reabilitação e em outros quaisquer critérios de carácter administrativo ou outro. Humanização, coerência, eficácia, racionalidade de meios humanos e económicos, serão valores só possíveis em estruturas de reabilitação que perspectivem o processo de forma total, englobando todas as suas valências e maximizando a sua eficácia. A multidisciplinaridade não poderá perder nunca de vista a unidade de objectivos. Se ao nível dos jovens deficientes tal desiderato encontrará alguma dificuldade, ao nível dos deficientes adultos será mais fácil e de maior premissência.

Tal pressuposto gera implicações que ultrapassam as que ficam implícitas. Provavelmente a reforma deveria começar ao nível do próprio Estado onde reina a descoordenação, a excessiva compartimentação e mesmo a contradição.

EMPREGO

Numa época de grandes constrangimentos eco-

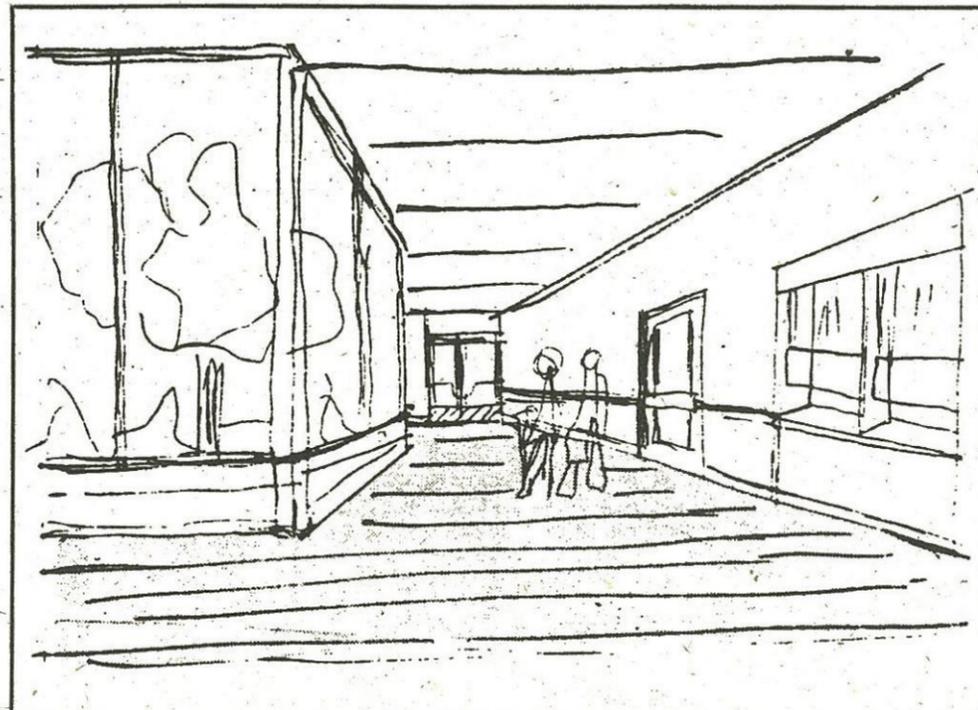
nómicos e de crise de emprego como a actual, terão de se diversificar as vias da integração profissional. Ao lado da tradicional integração nas empresas já constituídas, será eventualmente mais eficaz o recurso às iniciativas locais de emprego como cooperativas, pequenas sociedades e pequenas unidades de produção familiares, apenas em domínios economicamente julgados adequados. O Centro de Reabilitação e Formação Profissional tem então como uma das suas preocupações a formação em matéria de cooperativismo e de gestão de empresas no sentido de dotar os formandos dos instrumentos teóricos mínimos necessários.

IR MAIS ALÉM NA ESTEIRA DO COMO

O Centro de Reabilitação e Formação Profissional Integrada vem assim preencher um espaço que por falta de meios nunca pôde ser preenchido: até agora: desenvolver na área da integração social uma acção idêntica à que no domínio da reabilitação física vem sendo desenvolvida pelo Centro Oficial de Meios Ortopédicos, ao longo dos seus quase onze anos de existência.

Os cursos de Formação Profissional a ministrar no futuro Centro terão carácter intensivo, com um mínimo de 400 horas lectivas por curso e deles ficará reservada uma cota de 25 por cento para sócios da ADFA.

O Centro disporá, além das oficinas de próteses, ortóteses e sapataria ortopédica e das salas necessárias para os cursos de formação de talha, controle de qualidade e informática, de ginásios de recuperação e manutenção, piscina e áreas sociais, estruturas que poderão ser utilizadas por todos os sócios do Norte.



Francisco Pólvora nomeado SNR

O dr. Francisco José Fouto Pólvora foi nomeado para as funções de Secretário Nacional de Reabilitação, em substituição do inspector Bobela Mota, por despacho conjunto do primeiro ministro e do ministro do Trabalho e Segurança Social já publicado em Diário da República.

Médico Psiquiatra, o novo Secretário Nacional de Reabilitação trabalhou com adolescentes em Genebra, nos Serviços Médico-Pedagógicos e foi director do Centro de Saúde Mental de Portalegre.

A partir de 1980 o seu nome esteve ligado à profilaxia da droga, como Director Regional Sul do Centro de Estudos e Profilaxia da Droga, e Director Nacional desse Centro.

Foi ainda Director Geral do Gabinete de Planeamento e Coordenação do Combate à Droga e participou, em 1982-83, como representante de Portugal, nas reuniões da Comissão de Estupefacientes da Comissão Económica e Social das Nações Unidas.

Em 1983 regressou à carreira médica como chefe de serviço hospitalar, na Escola dos Cedros, do Centro de Saúde Mental Infantil e Juvenil de Lisboa.

Criação de emprego

A Delegação do Porto tem em funcionamento um serviço de apoio à criação de iniciativas locais de emprego, destinado a apoiar a criação de postos de trabalho individuais ou projectos associativos ou cooperativas envolvendo a criação de vários postos de trabalho.

Convívio em Bertandos

Um convívio de sócios nortenhos e seus familiares na povoação de Bertandos (Ponte do Lima) vai ter lugar no dia 27 de Julho.

Da Delegação do Porto sairá, pelas 8 e 30 uma caravana de cicloturismo, que pedalará até junto ao Rio Lima, onde o piquenique se inicia às 13 horas com os farnéis que cada um deverá levar.

A tarde será preenchida com actividades culturais e recreativas.

Inquérito

Pede-se aos sócios da zona da Delegação do Porto que ainda o não fizeram que passem pela Delegação a fim de preencherem o Inquérito à situação Escolar e Profissional dos sócios que

aquela Delegação está a realizar.

É do maior interesse que os sócios respondam com brevidade a este inquérito pois do número de respostas e do volume de eventuais interessados em possíveis cursos dependerá a possibilidade da sua concretização.

Outras actividades

A Delegação do Porto vai ainda levar a efeito dois almoços para sócios e familiares, seguidos da projecção de filmes e de jogos populares, nos dias 6 de Setembro e 4 de Outubro.

Nos dias 20 e 21 de Setembro realiza-se um passeio a Santiago de Compostela, segundo programa a definir. Os interessados deverão inscrever-se até 10 de Setembro.

No dia 7 de Dezembro a partir das 10 horas terá lugar um debate sobre a Reabilitação em Portugal, seguido de jogos de futebol de 11 e basquetebol em cadeira de rodas. Às 19h30 haverá um jantar comemorativo do aniversário da Delegação, cujo programa inclui espectáculo de variedades.

Delegação não encerra

A Delegação do Porto mantém os seus serviços em funcionamento durante o mês de Agosto.

Campismo

Os sócios possuidores de Cartas de Campista emitidas através da ADFa, poderão adquirir nos serviços respectivos da Associação os selos de revalidação anual da Carta de Campista Nacional, Internacional e Juvenil.

Os sócios interessados em tirar a Carta de Campista deverão dirigir-se aos Serviços da ADFa, munidos do Bilhete de Identidade, uma fotografia (tipo passe), uma fotografia do cônjuge se for caso disso e 400\$00.

A Carta Juvenil destina-se ao filhos dos nossos sócios com idades compreendidas entre os

12 e 18 anos, sendo necessário, para o efeito, data de nascimento, uma fotografia e 100\$00.

O Carnet Camping Internacional só pode ser emitido aos possuidores da Carta de Campismo Nacional sendo também necessária uma foto e 300\$00.

Por nos parecer de bastante interesse lembramos que a Carta de Campista, devidamente actualizada, permite aos seus titulares o seguinte:

— Identificar-se como Campista.
— Subsídios por danos causados na prática do

Campismo, cobrindo incêndio, roubo e acidentes pessoais.

— Um seguro gratuito de responsabilidade civil contra incêndio no valor de 300 000\$00 relativo ao material montado e 50 000\$00 do recheio.

— Frequentar todos os Parques do País, sem quaisquer restrições.

— Beneficiar de taxas mais favoráveis nos numerosos Parques privados e usufruir de descontos em Parques Municipais e Comerciais.

— Receber, se estiver interessado, mediante uma contribuição anual, a Revista «Campismo».

Trata-se portanto de um mero reajustamento do quadro legal em que este benefício é concedido.

OSTEOPATAS

Na Associação Portuguesa de Osteopatas, cerca de 45 alunos do curso de massagistas de recuperação estão a realizar os seus exames finais.

Alguns dos aprovados virão estagiar, a partir de Setembro, no Centro de Massagens de Recuperação da Sede, enquanto outros, que exercem já funções de auxiliares de fisioterapia do HMP ou massagistas

DELEGAÇÃO DE VISEU

A nova Direcção da Delegação de Viseu informa que passará a reunir todas as sextas-feiras a partir das 20H30.

Estas reuniões são abertas a todos os associados locais.

Comparece. Participa.



Com colaboração da ADFa

Semana da Escola dedicada à paz

JOSÉ MAIA

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas não é um mero conjunto de delegações onde se tentam resolver problemas relacionados com as pensões dos seus associados. A razão da sua existência é muito mais complexa e variada. Nesta base, a delegação de Coimbra da ADFa tem-se preocupado em levar a cabo tarefas, através das quais se pretende, acima de tudo, divulgar, no exterior, tudo o que diga respeito aos deficientes em geral, e aos deficientes militares em particular.

Apesar de todos os condicionamentos, sem quaisquer meios, que não sejam a vontade e a militância de alguns dos seus responsáveis e associados, a delegação de Coimbra da ADFa continua a dedicar especial atenção à necessidade de fazer sair das quatro paredes os seus justos objectivos, e ir ao encontro, do mundo exterior, que é, no fundo, o grande suporte da existência da ADFa.

Tendo em conta as considerações anteriores, mais uma vez a delegação de Coimbra da ADFa,

através da sua secção de dinamização cultural e desporto, esteve presente numa organização, que, em princípio, nada tendo a ver com a ADFa, acabou por nos tocar bem no fundo.

Tratou-se da realização da Semana da Escola, da Escola Secundária da Anadia. Esta realização teve um período de duração de, 9 a 14 de Junho de 1986, e dela fizeram parte várias iniciativas de índole cultural, recreativa e desportiva. Com a colaboração da ADFa, realizou-se uma exposição subordinada ao tema: Ano Internacional da Paz. Com fotografias cedidas pela ADFa, a exposição atingiu os objectivos propostos.

Tendo em vista as comemorações do Ano Internacional da Paz, o responsável pela secção de dinamização da delegação de Coimbra da ADFa, esteve presente na referida exposição, onde se manteve algumas horas dialogando com alunos e professores. De um simples diálogo informal, passou-se a uma autêntico colóquio, no qual o representante da ADFa elucidou os jovens alunos sobre a importância da exposição no seio daquele

estabelecimento de ensino, onde uma grande parte dos seus utentes não fazem ideia do que foi a longa noite do fascismo de que nós, deficientes militares fomos vítimas directas. A maior parte das perguntas incidiram sobre dois temas principais:

Os deficientes da Forças Armadas e a ADFa. Foi um trabalho aliciante, que nos deixou a certeza de que o futuro, apesar das nuvens negras dos conflitos diários que pairam sobre a Terra, é de esperança.

A juventude da Escola Secundária da Anadia é igual à juventude de todo o Mundo. É neles que devemos acreditar para que a palavra paz não seja subterfúgio para as comemorações de apenas um ano, mas o incentivo para uma paz verdadeira e duradoura que nos permita viver neste planeta que é e deverá ser de todos nós.

Este trabalho só foi possível com a colaboração dos associados, Manuel Paiva, ex-trabalhador da ADFa e actualmente a leccionar na Escola Secundária da Anadia, Manuel Silva, telefonista do referido estabelecimento de ensino e do Pinto Carvalho que fez a reportagem fotográfica.

com um grau de incapacidade igual ou superior a 60 por cento.

Trata-se de uma mera adaptação ao novo quadro fiscal, visto que os deficientes nessas condições estavam já isentos de impostos que entretanto foram substituídos pelo IVA.

SENHAS DE GASOLINA

A Petrolgal fixou o prazo limite de validade das senhas de gasolina em circulação (autorizações de abastecimento com a denominação em litros) até 31 de Dezembro de 1986, segundo informação difundida pela Direcção do Serviço de Finanças do Ministério do Exército.

Dispomos entretanto da informação de que o ministério do Estado para 1986 aprovado na Assembleia da República prevê a redução da taxa do Imposto sobre Combustíveis para militares na mesma proporção em que vinha sendo praticada anteriormente.

NOTÍCIAS

ISENÇÕES FISCAIS

O Conselho de Ministros aprovou no passado dia 17 uma disposição legal que reduz a 50 por cento os encargos sociais das empresas que empreguem deficientes (Caixa de Previdência e Fundo de Desemprego).

Esta medida, segundo o Executivo visa «facilitar a criação de postos de trabalho para pessoas deficientes com capacidade para o exercício de uma profissão».

AUTOMÓVEIS: IVA

Identicamente foi aprovada na mesma data uma medida que isenta do Imposto Sobre o Valor Acrescentado as aquisições de viatura própria por deficientes



Dez atletas polivalentes da ADFA estiveram na Região Autónoma da Madeira em 4 e 5 de Julho, onde participaram em várias iniciativas tendentes a divulgar o desporto para deficientes e a problemática da deficiência em geral. De referir que este acontecimento mereceu a maior atenção por parte do Governo e da Comunicação Social daquela Região Autónoma, e o excelente trabalho da Delegação da Madeira na preparação deste Encontro.



Provas desportivas e recepção pelas autoridades regionais durante o Encontro de Deficientes

Um abraço ao Funchal

O Encontro iniciou-se com uma sessão solene, no dia 5, presidida pelo Secretário Regional da Educação à qual estiveram igualmente presentes o Director-Geral Regional dos Desportos e o Director Geral Regional do Ensino Especial. Seguiu-se uma palestra sobre deficientes proferida pela Professora Regina Mirandela da Costa.

Em encontro informal após esta cerimónia, o Secretário Regional da Educação mostrou interesse em introduzir a participação dos deficientes, já este ano, na Corrida de S. Silvestre, ao que a ADFA correspondeu manifestando a sua disponibilidade para participar.

Demonstrações desportivas

Ainda no dia 5 da parte da tarde, realizou-se na Escola Secundária Francisco Franco, uma demonstração desportiva da ADFA nas modalidades de tiro com arco, basquetebol em cadeira de rodas, gincana e corrida em cadeira de rodas, salto em altura para deficientes motores e cegos, corrida de cegos e natação.

A nossa comitiva regressou com a convicção de que existe grande abertura do Poder Regional para tratar dos problemas dos deficientes, e um bom relacionamento dos

órgãos sociais da Delegação da Madeira com as entidades civis e militares daquela Região Autónoma.

O dinamismo da Delegação da Madeira

A Delegação da Madeira da ADFA conseguiu angariar uma extensa gama de apoios para esta realização, a começar pelo transporte gratuito na TAP, que aqui se agradece, para os elementos da comitiva continental, o seu alojamento em hotel de três estrelas, e alimentação num Centro de Secretaria Regional da Educação.

Conseguiu ainda transporte numa TP 21, cedida pela instituição militar para todas as deslocações efectuadas.

O grupo ido de Lisboa teve assim oportunidade de conhecer uma grande parte da Ilha, mercê dos passeios que lhe foram proporcionados durante a estadia.

No plano da organização local da ADFA, a nossa embaixada trouxe igualmente dados que confirmam esse dinamismo e bom relacionamento da ADFA-Madeira com os vários organismos e entidades da Administração local.

Os órgãos sociais da Delegação obtiveram um conjunto de direitos que

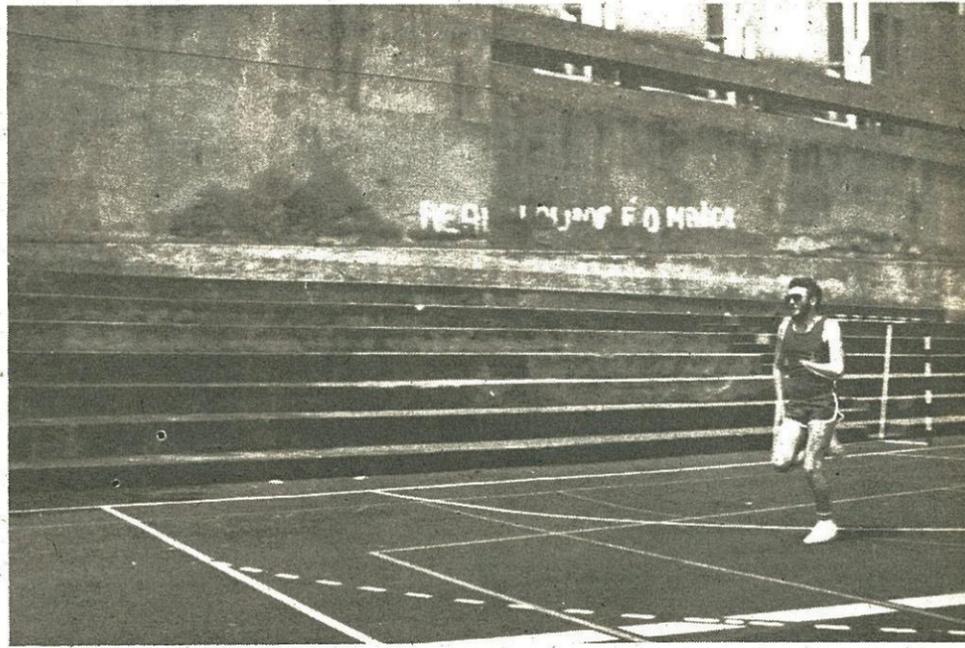
se traduzem na dispensa oficial do serviço durante quatro dias por mês para os membros da Direcção da Delegação tratarem assuntos da ADFA, e de algumas horas por mês para os restantes membros dos Órgãos Sociais, pois além das funções que estatutariamente desempenham, os membros dos Órgãos Sociais têm atribuídas áreas concretas de trabalho.

Interesse da Comunicação Social

Estas jornadas sobre deficientes tiveram a cobertura dos órgãos da Comunicação Social local que haviam anunciado já antecipadamente a sua realização.

Durante a sessão solene de abertura e as demonstrações desportivas dos atletas deslocados ao Continente, a RTP-Madeira efectuou diversas filmagens, que foram transmitidas no Telejornal Regional do próprio dia e depois a nível continental no programa «País País», dois dias depois.

Além disso e a nível de Imprensa, além do noticiário geral sobre o acontecimento, o «Jornal da Madeira» realizou um trabalho de fundo sobre o Encontro e sobre a estrutura da ADFA e os seus objectivos e a função do desporto para deficientes.



Afinco e empenhamento

Os novos órgãos sociais da ADFA resultantes das eleições intercalares de 28 de Junho, tomaram posse no dia 12 de Julho, com a pequena cerimónia habitual no salão nobre do Palácio da Independência, à qual estiveram presentes os membros dos órgãos cessantes e representantes de todas as Delegações do Continente.

Após a assinatura do acto de posse, José Teixeira, novo presidente da Assembleia Geral Nacional, dirigiu uma saudação aos presentes e lembrou «os resultados que advieram do trabalho desenvolvido ao longo destes anos» e «a necessidade e urgência de dar mais alguns passos em frente para minorar as injustiças que sobre alguns ainda se abatam».

Saudando depois a nova Direcção, o presidente da MAGN apontou a necessidade fundamental de «diálogo formativo e informativo com as Delegações, sem enfeudamento a quaisquer interesses, mas com o devido realce para aquelas que mais perto estão dos propósitos consignados do art. 4.º dos Estatutos».

José Teixeira disse ainda esperar do Conselho Fiscal Central (órgão a que pertenceu no último mandato) «a mais viva actuação e imparcialidade

e acção formativa junto das pequenas Delegações, tão carentes de meios humanos e financeiros».

E concluiu com um apelo aos presentes para que procurem dinamizar outros e levá-los a participar mais activamente na vida associativa «sem o que não se pode exigir dos Órgãos Sociais o atingir das metas consignadas no art. 4.º dos Estatutos».

Falou depois o presidente da Direcção, António Carreiro, que após saudar igualmente os presentes, afirmou, em nome de todos os empossados:

«Pegando no que o presidente da Mesa acaba de proferir, apraz-me reforçar a ideia de que a nossa primeira preocupação é a de nos entregarmos com afinco à concretização dos objectivos da ADFA, prossequindo as ideias fundamentais que têm sido perfilhadas pela Associação na defesa dos in-

teresses dos sócios e da problemática do deficiente em geral e do deficiente militar em particular.

Cabe-nos a nós — prosseguiu — neste ano de mandato intercalar, iniciar um processo de revitalização associativa, no sentido de perspectivar e levar à prática uma vida de concórdia e de dinamismo, voltada para os problemas dos deficientes, através de um diálogo franco e aberto com todos os sócios, com todos os organismos oficiais e com todas as associações de e para deficientes.

Não perderemos, contudo, uma perspectiva crítica mas sempre construtiva e sem enfeudamentos a quaisquer grupos ou interesses.

O nosso programa é ambicioso. Faremos tudo para o cumprir. Assim os sócios respondam também com a sua participação regular e activa.

Pela nossa parte apenas podemos garantir o nosso profundo empenhamento.»



O presidente da MAGN falando na sessão de posse. Aspectos da assinatura e assistência



ENTREVISTA

Abertura ao diálogo em todos os s

A nova Direcção Central da ADFA, saída das eleições intercalares de 28 de Junho, concedeu uma entrevista ao ELO através da qual procuramos levar a todos os sócios a personalidade desta equipa que faz questão de se afirmar como tal e a explicitação dos vários aspectos do seu programa eleitoral.

Ressalta desta entrevista realizada no dia da tomada de posse (12 de Julho), sob a forma de conversa informal, que a nova Direcção se afirma uma equipa de consenso, procurando valorizar a diversidade de «sensibilidades» dos elementos que a integram, coesa e pragmática.

Dinamizar serviços, estimular a participação dos sócios, dialogar permanentemente com Delegações e Núcleos, divulgar a acção e finalidade da ADFA junto dos meios militares e do público em geral, adoptar uma atitude de diálogo «franco, aberto e construtivo» com todas as entidades oficiais e organismos particulares relacionados com a Reabilitação, manter o que está bem, são as grandes linhas que se propõem levar à prática.

Atenção particular da nova equipa dirigente vai ainda para a necessidade de lançar mais acções de formação profissional destinadas aos sócios, preparar o III Congresso para o segundo semestre de 1987 e abrir a discussão sobre os problemas do foro psicológico que neste momento afectam muitos deficientes, autêntica sequela tardia de uma guerra que findou há onze anos.

Eis a reprodução fiel dessa conversa, iniciada com a pergunta: o que vai mudar na ADFA durante o próximo ano?

António Carreiro — Esta direcção significa uma abertura diferente em relação ao que a ADFA tem sido até aqui. Pretende-se abrir a Associação mais para o exterior, fazer uma maior divulgação, fazer a ADFA aparecer junto do público em geral, além dos organismos onde ela actualmente já se impõe, e renovar as actividades da Associação, com a participação dos sócios.

Isto quer dizer que têm de se trazer de novo os sócios a uma participação bastante mais activa, uma vez que, ao cabo destes dez anos, a participação associativa se tornou um tanto esbatida: os sócios estão presentes só nos grandes momentos. Pretende-se que os sócios estejam sempre presentes e que a Associação esteja sempre presente no exterior, junto da população em geral e não só dos organismos que normalmente estão ligados à problemática da deficiência e da Reabilitação.

Armado Alves — Logicamente vai haver mudanças, no sentido de uma nova dinâmica. Neste mandato intercalar que temos pela frente, o principal da nossa acção irá voltar-se para a própria Casa, o que constitui uma

«Pretende-se que os sócios estejam sempre presentes e que a Associação esteja sempre presente no exterior, junto da população em geral e não apenas nos organismos onde a sua presença já se impõe.»

das linhas de força deste mandato, reestruturando os serviços e procurando, ao mesmo tempo, cativar mais os sócios, proporcionando-lhes melhores condições de acolhimento e atendimento e várias actividades recreativas e culturais, de forma que o sócio sinta que há qualquer coisa de novo e pos-

sa vir à sua casa e participar, o que não tem acontecido até hoje como seria desejável.

Desfazer o marasmo

A Associação teve uma fase inicial de grande associativismo e participação, e essa participação tem-se vindo a esbater ao longo dos anos. Neste momento como já foi dito pelo presidente da Direcção, há um grupo de sócios que quando é necessário vêm à Associação mas, a partir desse momento, não há nada de palpável.

Em termos externos não podemos fazer grandes projectos para o futuro, uma vez que o mandato é apenas de um ano, mas no entanto também aí não vamos ficar parados, vai-se continuar todo um trabalho que a Associação tem desenvolvido e hoje já com resultados positivos, por exemplo no plano legislativo, onde já há matéria que nos cabe agora fazer aprovar e sair, de forma a dar aos sócios





qualquer coisa de concreto. Vamos tentar que até final do nosso mandato todas as acções já iniciadas junto do Poder se concretizem.

Pensar no futuro

Catarino Salgado — Chegou a altura de os sócios pensarem no futuro da casa. Têm que dizer o que querem para o futuro. Começaram já por dizer que queriam uma Direcção unida e unitária e portanto há uma equipa a trabalhar para tentar resolver alguns problemas da Associação.

O tempo é pouco, como o Alves disse, mas penso que os sócios devem, acima de tudo, reflectir sobre o que querem da Associação, por-

rentes de blemas. C numa últ de um in poder de grande po vo, foi q questiú com que estivessem no dos po tais para se afastas Essas ram mais soal que ra de ver deficiente grandes ainda ho julgo que tar criadas se poder a prova d cê de um cunstânc tem, neste

ENTREVISTA

Abertura ao diálogo em todos os sentidos

A nova Direcção Central da ADFA, saída das eleições intercalares de 28 de Junho, concedeu uma entrevista ao ELO através da qual procuramos levar a todos os sócios a personalidade desta equipa que faz questão de se afirmar como tal e a explicitação dos vários aspectos do seu programa eleitoral.

Ressalta desta entrevista realizada no dia da tomada de posse (12 de Julho), sob a forma de conversa informal, que a nova Direcção se afirma uma equipa de consenso, procurando valorizar a diversidade de «sensibilidades» dos elementos que a integram, coesa e pragmática.

Dinamizar serviços, estimular a participação dos sócios, dialogar permanentemente com Delegações e Núcleos, divulgar a acção e finalidade da ADFA junto dos meios militares e do público em geral, adoptar uma atitude de diálogo «franco, aberto e construtivo» com todas as entidades oficiais e organismos particulares relacionados com a Reabilitação, manter o que está bem, são as grandes linhas que se propõem levar à prática.

Atenção particular da nova equipa dirigente vai ainda para a necessidade de lançar mais acções de formação profissional destinadas aos sócios, preparar o III Congresso para o segundo semestre de 1987 e abrir a discussão sobre os problemas do foro psicológico que neste momento afectam muitos deficientes, autêntica sequela tardia de uma guerra que findou há onze anos.

Eis a reprodução fiel dessa conversa, iniciada com a pergunta: o que vai mudar na ADFA durante o próximo ano?

António Carreiro — Esta direcção significa uma abertura diferente em relação ao que a ADFA tem sido até aqui. Pretende-se abrir a Associação mais para o exterior, fazer uma maior divulgação, fazer a ADFA aparecer junto do público em geral, além dos organismos onde ela actualmente já se impõe, e renovar as actividades da Associação, com a participação dos sócios.

Isto quer dizer que têm de se trazer de novo os sócios a uma participação bastante mais activa, uma vez que, ao cabo destes dez anos, a participação associativa se tornou um tanto esbatida: os sócios estão presentes só nos grandes momentos. Pretende-se que os sócios estejam sempre presentes e que a Associação esteja sempre presente no exterior, junto da população em geral e não só dos organismos que normalmente estão ligados à problemática da deficiência e da Reabilitação.

Armando Alves — Logicamente vai haver mudanças, no sentido de uma nova dinâmica. Neste mandato intercalar que temos pela frente, o principal da nossa acção irá voltar-se para a própria Casa, o que constitui uma

«Pretende-se que os sócios estejam sempre presentes e que a Associação esteja sempre presente no exterior, junto da população em geral e não apenas nos organismos onde a sua presença já se impõe.»

das linhas de força deste mandato, reestruturando os serviços e procurando, ao mesmo tempo, cativar mais os sócios, proporcionando-lhes melhores condições de acolhimento e atendimento e várias actividades recreativas e culturais, de forma que o sócio sinta que há qualquer coisa de novo e pos-

sa vir à sua casa e participar, o que não tem acontecido até hoje como seria desejável.

Desfazer o marasmo

A Associação teve uma fase inicial de grande associativismo e participação, e essa participação tem-se vindo a esbater ao longo dos anos. Neste momento como já foi dito pelo presidente da Direcção, há um grupo de sócios que quando é necessário vêm à Associação mas, a partir desse momento, não há nada de palpável.

Em termos externos não podemos fazer grandes projectos para o futuro, uma vez que o mandato é apenas de um ano, mas no entanto também aí não vamos ficar parados, vai-se continuar todo um trabalho que a Associação tem desenvolvido e hoje já com resultados positivos, por exemplo no plano legislativo, onde já há matéria que nos cabe agora fazer aprovar e sair, de forma a dar aos sócios

que os anos vão passando, as mazelas que todos nós temos vão acentuar-se, temos que pensar o que vai acontecer com os jovens que se deficientam em serviço, temos que pensar que os mecanismos da vida associativa terão talvez que ser revistos em função dessa realidade e, a partir daí, vamos avançar para dinamizar a Associação e revitalizá-la, que é o nosso objectivo fundamental.

Como? Acho que todos os sócios, depois de reflectirem um pouco sobre a Associação que têm neste momento, chegarão à conclusão de que há um certo marasmo associativo e que é preciso sair dele.

Não pode ser só a Direcção a dizer: vamos fazer isto ou aquilo. É preciso que os próprios sócios venham ao encontro da Direcção dizendo que gostariam de fazer isto e aquilo e gostaríamos de participar. Sem essa participação, a Direcção não é nenhuma locomotiva que leve os vagões do caminho de ferro todos a reboque...

Henrique Mendança — Não podemos esquecer que a ADFA nasceu de um processo revolucionário e houve um conjunto de sócios que, com base no amadurecimento de idéias que houve ao longo da guerra colonial, teve a iniciativa de aproveitar o momento revolucionário para conseguir congregar o maior número possível de deficientes militares e criar esta Associação.

Como em muitos outros períodos revolucionários existem clivagens e fracturas e maneiras dife-

orgãos so sultantes ca que co gar divers sensibilid

Pela m pelo traba a nível de afirmar q

Nov



António Carreiro

António Carreiro, 31 anos, presidente da ADFA, nasceu em 1956, em Lisboa, e foi vice-presidente do Exército em Setembro de 1973.

Henrique Mendança, 35 anos, vice-presidente da ADFA, nasceu em 1952, em Lisboa, e foi vice-presidente do Exército em Setembro de 1973.

Armando Alves, 45 anos, secretário da ADFA, nasceu em 1942, em Lisboa, e foi secretário do Exército em Setembro de 1973.

qualquer coisa de concreto. Vamos tentar que até final do nosso mandato todas as acções já iniciadas junto do Poder se concretizem.

Pensar no futuro

Catarino Salgado — Chegou a altura de os sócios pensarem no futuro da casa. Têm que dizer o que querem para o futuro. Começaram já por dizer que queriam uma Direcção unida e unitária e portanto há uma equipa a trabalhar para tentar resolver alguns problemas da Associação.

O tempo é pouco, como o Alves disse, mas penso que os sócios devem, acima de tudo, reflectir sobre o que querem da Associação, por-

rentes de abordar os problemas. O que aconteceu numa última fase depois de um início de grande poder de mobilização e grande poder reivindicativo, foi que uma série de questiúnculas fizeram com que os sócios não estivessem unidos em torno dos pontos fundamentais para os deficientes e se afastassem.

Essas questiúnculas foram mais de carácter pessoal que quanto à maneira de ver o problema dos deficientes. Isso causou grandes clivagens, que ainda hoje existem, mas julgo que começam a estar criadas condições para se poder ultrapassá-las. E a prova disso é que, mercê de um conjunto de circunstâncias, a ADFA tem, neste momento, uns

mos conscientes da batuta que nos rege, que é a defesa dos interesses dos deficientes militares. Quero realçar que não estamos aqui defendendo outros interesses que não sejam, apenas e exclusi-

«Esta Direcção não vem cortar abruptamente com aquilo que tem sido feito até agora (...) Vai-se continuar todo um trabalho que tem já resultados positivos.»

vamente os interesses dos deficientes militares, sejam eles de campanha ou de serviço.

Neste momento estamos muito sensibilizados

para os problemas dos deficientes em serviço porque até à data a legislação que existe, má ou boa, contempla já, no fundamental, as necessidades dos deficientes em campanha. Os deficientes em serviço é que são neste momento o nosso problema prioritário, e temos que ter em conta que ainda hoje se deficientam militares ao serviço da nossa Pátria.

Há quem não saiba da existência da ADFA

Os cidadãos que estão a cumprir serviço militar obrigatório e durante a instrução ficam sem uma perna ou sem um braço são deficientes em serviço, mas muitos deles não têm conhecimento da existência da ADFA ou

pensam que a Associação é só para os deficientes das guerras coloniais. Era portanto bom que no meio militar se saiba que a ADFA engloba todos os deficientes, mesmo os actuais.

Neste momento ainda não podemos fazer promessas, pois estamos a inteirar-nos da legislação em vigor ou em vias de poder ser aprovada, mas uma certeza é esta: só conseguiremos avançar com a ajuda dos deficientes em serviço, com as iniciativas desses deficientes que organizadamente venham ter com a Direcção, exponham os problemas, colaborem, tentem criar grupos de trabalho. A Direcção está aberta a todo este tipo de iniciativas.

terior direcção, ter passado o relatório e contas a Braille e ter procedido à gravação do ELO. Seguindo essa linha, como no nosso programa está bem explícito, iremos procurar maneira de manter os grandes deficientes informados e mobilizados em relação aos seus problemas. Neste caso não se tratará, como nos restantes, de esperar que os sócios venham ter conosco, seremos nós a ir ter com os grandes deficientes e a procurar saber quais os problemas que por eles são mais sentidos.

António Carreiro — Esta Direcção não vem cortar abruptamente com aquilo que tem sido feito na Associação até agora. Não

álogo entidos

que os anos vão passando, as mazelas que todos nós temos vão acentuar-se, temos que pensar o que vai acontecer com os jovens que se deficientam em serviço, temos que pensar que os mecanismos da vida associativa terão talvez que ser revistos em função dessa realidade e, a partir daí, vamos avançar para dinamizar a Associação e revitalizá-la, que é o nosso objectivo fundamental.

Como? Acho que todos os sócios, depois de reflectirem um pouco sobre a Associação que têm neste momento, chegarão à conclusão de que há um certo marasmo associativo e que é preciso sair dele.

Não pode ser só a Direcção a dizer: vamos fazer isto ou aquilo. É preciso que os próprios sócios venham ao encontro da Direcção dizendo que gostariam de fazer isto e aquilo e gostariam de participar. Sem essa participação, a Direcção não é nenhuma locomotiva que leve os vagões do caminho de ferro todos a reboque...

Henrique Mendança — Não podemos esquecer que a ADFA nasceu de um processo revolucionário e houve um conjunto de sócios que, com base no amadurecimento de ideias que houve ao longo da guerra colonial, teve a iniciativa de aproveitar o momento revolucionário para conseguir congregar o maior número possível de deficientes militares e criar esta Associação.

Como em muitos outros períodos revolucionários existem clivagens e fracturas e maneiras dife-

orgãos sociais unidos, resultantes de uma lista única que conseguiu congrega diversas tendências e sensibilidades.

Pela minha parte, e pelo trabalho já realizado a nível de Direcção, posso afirmar que todos esta-



Nova Direcção Central



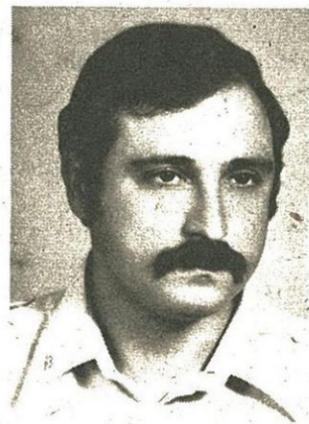
António Carreiro



Henrique Mendança



Armando Alves



Catarino Salgado



Orlando Correia

António dos Santos Carreiro, 35 anos, sócio n.º 1334, presidente, deficientado ao serviço do Exército em Moçambique, em Setembro de 1973.

Henrique Arantes Lopes de Mendança, 42 anos, sócio n.º 1081, vice-presidente, deficientado ao serviço da Marinha, na Guiné, em Setembro de 1968.

Armando Ramos Alves, 35 anos, sócio n.º 248, 1.º secretário, deficientado ao serviço do Exército em Moçambique, em Fevereiro de 1973.

Augusto António Catarino Salgado, 45 anos, sócio n.º 6672, deficientado ao serviço da Marinha, na Guiné, em Março de 1963.

Orlando Álvaro Correia, 37 anos, sócio n.º 209, deficientado ao serviço do Exército em Angola, em Julho de 1972.

Armando Alves — Toda a gente sabe que há na legislação portuguesa essa dualidade campanha/serviço. É um princípio que ainda hoje existe na maior parte dos países. Claro que a ADFA sempre se bateu e continuará a bater-se para que entre os dois grupos não haja grandes desigualdades. Também não podemos pensar que essa desigualdade seja completamente extinta, devido à diferente relação de causa dos dois casos. A nível internacional, essas diferenças tendem a ser cada vez menores, encarando-se, a situação em termos indemnizatórios, que atendem mais à situação em que o cidadão fica do que à causa que o motiva. Deve portanto haver uma maior aproximação, que não existe hoje em dia.

Grandes deficientes

Henrique Mendança — Retomando, há ainda outro aspecto que quero referir: os grandes deficientes não têm ainda o acompanhamento necessário. É preciso alterar a situação no que toca a esses grandes deficientes, de maneira que eles sintam que esta Casa também está com eles.

Foram já provas de sensibilidade para esse problema por parte da an-

vem cortar com os seus princípios.

Pelo contrário, o que se pretende é defender intransigentemente os interesses dos deficientes e pugnar pelos princípios que têm sido defendidos até aqui.

Somos, talvez, uma lista de pessoas mais pragmáticas, porque temos consciência da necessidade de dinamizar o aspecto

«É preciso que os sócios venham ao encontro da Direcção dizendo que gostariam de participar. A Direcção não é uma locomotiva que leve os vagões todos a reboque.»

interno da Associação, levar os sócios a participar em tudo e também — muito importante — projectar a Associação nos meios militares, dar conhecimento dela a todos os militares, nos quartéis e em todo o lado. Não há qualquer razão para os militares estarem de pé atrás. Esta lista vem mostrar isso mesmo. Se nalgum período houve preocupação nalgumas pessoas, por estarem de pé atrás em relação à Associação devido a questões

Abertura ao diálogo

(Continuação da 7.ª pág.)

políticas, esta lista surge na sequência do que já vinha sendo feito, isto é, apagar essas questões político-partidárias, virar a Associação para os problemas concretos dos deficientes e levar os militares, todos, mesmo os que não são deficientes, a ter uma visão da Associação como órgão que poderá defender os seus interesses. É muito importante que os militares tenham essa consciência.

Durante dez anos da Associação, chegamos à conclusão de que se resolveram alguns problemas dos deficientes, não todos, há ainda muita coisa a fazer, mas a Associação está a ter consciência de que há outros problemas que estão a surgir aos deficientes, nomeadamente a nível psicológico e psiquiátrico, e que o problema de reabilitação e da reintegração e formação profissional se continua a pôr com toda a acuidade. Essa questão tem sido descuidada até ao mo-

mentos de confraternização após a tomada de posse

Deficientes Civis

Henrique Mendonça — Ainda sobre o relacionamento com as entidades oficiais, com os órgãos de Soberania e com a Administração Militar, pretendemos encetar um diálogo franco e aberto, de maneira que essas entidades fiquem cada vez mais sensibilizadas para os problemas dos deficientes militares e, por seu intermédio, também para os problemas de todos os deficientes.

António Carreiro — Sublinhando o que disse o Mendonça, a nossa ideia é colaborar com todas as entidades, utilizando para isso a linguagem de um diálogo aberto, franco, construtivo, de boa fé, e pretendemos colaborar também com as outras associações de deficientes. Para isso contribuirá a di-

tenho encontrado alguns por exemplo que nem paciência têm para ler o «ELO», o que é grave, que nem dão uma olhadela para os assuntos que lá vêm expostos, alguns dos quais os tocam directamente.

Mas compreendo também que quem está no seu trabalho diário no

«Recepção na Sede vai ser reestruturada, de forma a que o sócio se sinta apoiado e dentro de uma casa que é a sua.»

campo, na construção civil ou em tantas outras actividades, chega a casa muitas vezes sem paciência para ler um jornal...

Tudo isto para dizer que esperamos uma grande colaboração por parte dos Núcleos e das Delegações. Os núcleos são uma espécie de células vivas da Associação espalhadas por todo o País. Eles têm que colaborar

falou, para também aí reactivar a vida associativa.

Outra grande preocupação desta Direcção é a de incrementar mais núcleos. Para responder aos problemas dos deficientes em todas as zonas do País é necessário activar mais núcleos para além daqueles que já existem.

Por outro lado, a Delegação de Évora está desactivada. Esta Direcção tem a percepção de que se trata de uma Delegação muito importante, com instalações que de modo algum podem ser desaproveitadas. É nossa intenção, durante este ano, desenvolver esforços intensos para repor a Delegação de Évora em funcionamento e, pelo menos, iniciar um processo de aproveitamento total das suas instalações.

Mudando para o nosso relacionamento com a família militar, queria fazer um alerta aos muitos deficientes militares, alguns dos quais ainda no serviço activo que hoje não são sócios da ADFA. Era útil e era bom que essas pessoas viessem à Casa, uma vez que uma das nossas intenções é exactamente a abertura total da ADFA ao mundo exterior, e essa atitude deve começar exactamente pelos deficientes militares.

Em relação aos militares não deficientes, temos em mente sensibilizá-los para o que é a ADFA e o que pretende.

Projectar a imagem da ADFA no exterior

António Carreiro — Ainda sobre a difusão da imagem da Associação em todo o lado incluindo o público em geral, a Direcção pensa que o «ELO» é um órgão importantíssimo, talvez o órgão mais importante que nos projecta no mundo exterior à Associação e vamos desenvolver um grande esforço para que o jornal seja mais lido, seja mais eficaz, tenha um melhor aspecto, expresse, tal como tem feito até aqui mas agora de forma mais intensa, os problemas dos deficientes, quer militares quer civis. Para isso convidamos inclusivamente todas as Associações de e para deficientes a canalizarem para a ADFA toda a informação e todos os problemas que queiram eventualmente ver publicados no jornal.

Catarino Salgado — Importante é também dizer que qualquer conquista ou realização de um determinado núcleo, ainda que de importância muito local, tem interesse, se chegar aos demais núcleos através do «ELO», para que possa servir de exemplo e estímulo para acções semelhantes.

ELO — Quais as formas que esta Direcção encara para conseguir essa tão desejada participação dos sócios?

ANTÓNIO CARREIRO

RO — Quanto à forma como os sócios irão ser chamados a participar, o primeiro ponto essencial é que deve partir dos próprios sócios a iniciativa de propor à Direcção actividades que levem a massa associativa a reunir-se.

A Direcção também está consciente de que para os sócios se virarem para a Associação têm de ter serviços que dêem resposta às suas necessidades, têm de se desenvolver acções que levem o sócio a estar premamente interessado em vir à Associação.

Dentro dos serviços, esta Direcção já tem algumas ideias. No entanto, ainda estamos a tomar contacto com a Associação, temos ainda que analisar melhor essas propostas concretas, mas uma delas pode-se já adiantar: a recepção aos sócios na Sede é um dos serviços que brevemente irá ser reestruturado de forma a que o sócio quando chega à Associação não se sinta num vazio mas se sinta apoiado e dentro de uma casa que é sua.

A Direcção não pretende alterar os serviços só por alterar. Aquilo que está bem não é para mudar, é para permanecer ou, quando muito, melhorar.

Irá também ser desenvolvidas acções de forma-

«É necessário que os militares no activo entendam que a ADFA lhes poderá um dia vir a ser útil. (...) Não há razão para os militares estarem de pé atrás. Estamos voltados para o diálogo sem quaisquer teias de aranha.»

ção profissional. Estamos empenhados em seguir esse caminho, embora se trate de acções que levam certo tempo a pôr em prática e dependam de subsídios oficiais, portanto de financiamento exterior à Associação, que é preciso obter.

O Centro do Porto, ao ser implementado, vai ter um grande impacto na massa associativa, e na Tipografia também irá ser criado um Centro de Emprego Protegido, que tal como o Porto já vinha da Direcção anterior, e que também incrementará a vida associativa.

Irá, além disso, ser feitos apelos aos quadros técnicos, pois a Associação dispõe de muitos sócios qualificados para prestarem serviços de que a Associação precisa.

Irá ser desenvolvidas acções nos aspectos recreativo, cultural e desportivo, que terão em vista não só o próprio sócio mas também os filhos e as mulheres, porque se pretende dar um certo ar «ci-

vilista» à Associação, contraposto ao ar «militarista» que até aqui tem sido um pouco vivo. Tem-se a consciência de que a ADFA tem sido muito machista até agora. Pretende-se abrir esse aspecto, até porque os sócios estão num grupo etário em que a maior parte deles constitui família e têm filhos. A revitalização da vida associativa passa também por trazer as famílias dos associados até nós.

HENRIQUE MENDONÇA — Outro aspecto em que a participação vai ser necessária é este: no nosso Programa propomos-nos criar condições para que no segundo semestre de 1987 se possa realizar o Congresso da ADFA. Ora para isso tem que se formar muitos grupos de trabalho.

Estamos em crer que este Congresso irá reflectir o ponto de viragem da Associação. Pelos contactos que temos tido com muitos sócios, existe a confiança de que no Congresso se vão ultrapassar as clivagens que existiam dentro da ADFA e criar condições para que a ADFA siga, falando em termos náuticos, rumo ao futuro, de cabeça erguida, com os seus sócios sentindo-se bem dentro desta Casa.

ANTÓNIO CARREIRO — A ADFA é membro da Federação Mundial dos Antigos Combatentes. Esta Direcção pensa que no aspecto internacional é altamente benéfico para a Associação continuar a ser membro e continuar a desenvolver actividades junto da FMAC.

A FMAC é importante para o País porque é uma organização internacional com um peso importante, nomeadamente junto da ONU, e a Associação tanto quanto nos parece está numa posição privilegiada para poder, dentro da FMAC, veicular ideias e desenvolver um diálogo com todos os países filiados.

Ainda no aspecto internacional, e ligado com a FMAC, temos os Novos Países de Expressão Portuguesa, com os quais a ADFA pretende manter relações. Pelo que já sei, tem havido uma colaboração mais intensa com a Guiné, quer no apoio ao seu processo de adesão à FMAC quer em questões de formação profissional, através de contactos bilaterais. Há também contactos com Angola e Moçambique que se continuarão a manter e a implementar. Quer com a FMAC quer com os Novos Países de Expressão Oficial Portuguesa, pretendemos ter uma colaboração activa e intensa...

CATARINO SALGADO — ...em condições de respeito absoluto por cada um dos países e no sentido, apenas, de uma inter-ajuda fraterna.



Momentos de confraternização após a tomada de posse

mento ou, então aquilo que a Associação tem podido fazer não responde ao problema de forma eficaz. É sobretudo aí que se deve actuar agora.

Sensibilizar militares no activo

Catarino Salgado — Retomando a questão dos militares no activo, é efectivamente necessário que eles percebam que não há absolutamente nada de fantasmagórico na Associação. Pelo contrário, a ADFA é uma associação que lhes poderá um dia vir a ser útil. Igualmente importante, e é intenção desta Direcção para fazer isso mesmo, que haja abertura em relação a todas as entidades e órgãos que se relacionam com a ADFA, no sentido de entenderem que não há nenhum jogo na manga da nossa parte, que estamos interessados em ajudar a associação a vencer quaisquer dificuldades que tenha havido até agora, que esta equipa está imbuída de pragmatismo e portanto a colaboração dessas entidades é extremamente importante e valiosa. Estamos voltados para o diálogo sem

vulgação da imagem da Associação e esse esforço que iremos fazer para levar a ADFA a ser conhecida por toda a gente.

Passando agora ao facto aqui referido, de só termos um ano, é questão que não me preocupa muito, pois o que se pretende é dar uma nova dinâmica à Associação e se essa nova dinâmica foi

«Todos estamos conscientes da batuta que nos rege, que é a defesa dos interesses dos deficientes militares, sejam eles de campanha ou de serviço.»

iniciada, a Direcção que vier a seguir há-de aproveitar-se disso e as iniciativas hão-de ser continuadas.

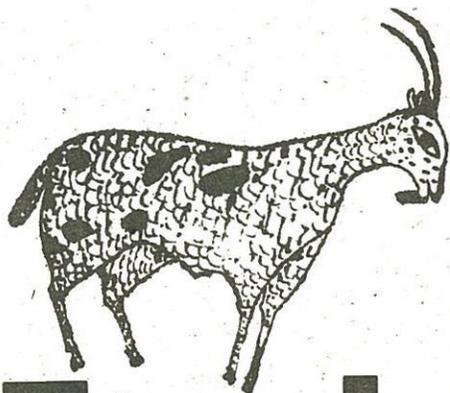
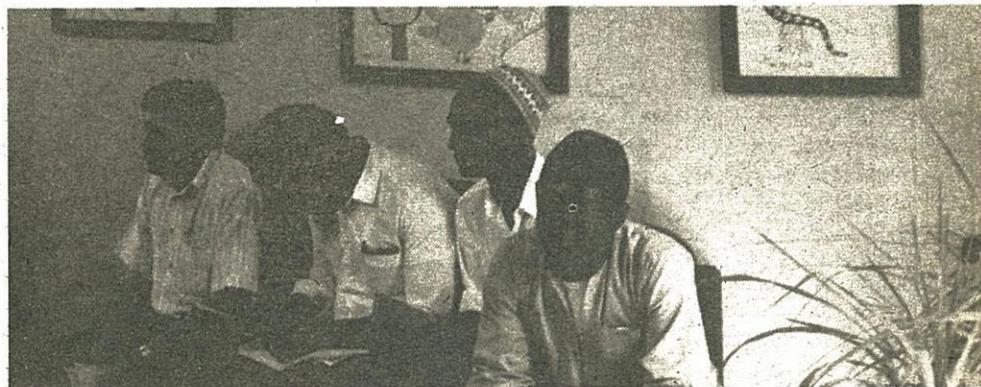
ADFA não é só Lisboa e Porto

Catarino Salgado — Ainda nenhum de nós se referiu ao facto de a Associação estar implantada em todo o País. O nosso País não é só Lisboa e Porto e nós temos sócios espalhados por todo o lado. Eu

conosco, eles têm que dar ideias e criticar a Direcção. Nós iremos, na medida do possível, ao encontro deles, ao lugar onde reúnem e trabalham. Estamos dispostos a abdicar do nosso tempo livre para esses contactos e pensamos que tem que haver uma grande colaboração, da parte deles, para fazerem sentir aos sócios das grandes cidades, onde existem outros meios recreativos e culturais, que eles também existem e são uma parte importantíssima da nossa Associação.

Concretamente, está já combinada uma ida da Direcção Central ao Porto, para uma permanência de dois dias.

António Carreiro — Sublinhando o que disse o Catarino, quero dizer que a ADFA tem uma grande estrutura implantada em todo o País. Essa estrutura é boa, penso que chegará para responder às necessidades associativas. Nota-se porém que alguns pontos ela está pouco activa. É necessário criar incentivos para esses locais que sofrem mais do tal marasmo de que já se



Festa africana



Os alunos da Escola da ADFA oriundos da Guiné-Bissau decidiram comemorar condignamente o final do ano lectivo

As imagens que apresentamos são da Festa Africana promovida por alunos da Escola da ADFA e da exposição de trabalhos escolares desses mesmos alunos que esteve patente na Sede durante a segunda quinzena do mês passado.

Os manjares e os ritmos africanos que se seguiram transportaram por momentos todos quantos se associaram a esta festa a terras de Guiné, de que muitos sentimos saudades.

O caldo de mancarra, a «canja» e o «moni caba» fizeram as delícias do presente que, depois, tiveram oportunidade de ensaiar um pé de dança ou percorrer mais demo-

radamente a exposição de magníficas pirogravuras em madeira, pintura em azulejo e cerâmica artesanal.

Foi uma digestão fácil e gostosa.

Visita ao BSGE-Ajuda

Uma delegação da ADFA deslocou-se na passada quarta-feira ao quartel da Ajuda (Batalhão do Serviço Geral do Exército) onde se encontram dezenas de sócios da ADFA oriundos dos novos países da expressão portuguesa, muitos dos quais frequentam a nossa Escola.

Esta visita proporcionou uma troca de impressões com os comandantes

do Destacamento e da Companhia em que estão integrados os nossos sócios, respectivamente major José António Calmeiro e capitão Fonseca, sobre os problemas que se colocam àqueles nossos sócios, articulação dos horários da Escola com os do quartel, entre outros.

Foi ainda acordada a necessidade de futuros contactos para uma eficaz coordenação de esforços no apoio aos nosso sócios lá residentes.

No seguimento destes contactos, um grupo de representantes desses sócios africanos irá também ser recebido pela Direcção Central da ADFA na quinta-feira dia 24 de Julho.



INFORMAÇÃO AOS SÓCIOS

Caros Associados:

Todos os Sócios interessados em adquirir viaturas da gama FORD, VOLKSWAGEN, AUDI, RENAULT, OPEL, podem fazê-lo através do nosso sócio António Bernardes que é delegado de vendas das marcas acima mencionadas, encontrando-se este dentro de toda a legislação sobre aquisição de viaturas para deficientes.

VENDA PARA QUALQUER PARTE DO PAÍS

A contactar pelos ☎ 231 7 — Sede ADFA ou 243 1951 — Residência depois 19 h. (rede de Lisboa)

SURDEZ

OTACÚSTICA

A mais moderna aparelhagem de correcção auditiva

OTACÚSTICA

Reparação de aparelhos de qualquer marca e origem

OTACÚSTICA

Excepcionais preços de lançamento

VISITE-NOS

OTACÚSTICA

RUA DA MADALENA, 152-1.º
Telefone 86 52 75 — LISBOA

Escola da ADFA

Inscrições

Estão abertas inscrições para a frequência dos cursos da Escola da ADFA, que voltarão a funcionar no próximo ano lectivo em dois graus de ensino — alfabetização e ciclo preparatório, havendo duas modalidades para este último (em dois anos ou num só ano).

Para os cursos de alfabetização as inscrições mantêm-se abertas durante todo o ano.

Inscrive-te. As turmas só funcionarão se houver número suficiente de inscrições.

ORTOMEDICINAL LDA

EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR

Acordo com a A.D.S.E.



Todo o material p/gessos funcionais próteses, melas elásticas, palmilhas ortoses, canalanas, fisioterapia cadeiras de rodas, cintas, calçado ortopédico



Rua Fé, 10A — 1100 LISBOA ☎ 56 27 48-53 81 42

Janela Interior

Pelo sócio
Dr. Valente dos Santos

A Droga (conclusão)

As verdadeiras causas sociais do consumo de droga, encontram-se na falta de capacidade de resposta, da nossa sociedade em geral, e dos órgãos de poder político, em particular, às reais necessidades dos jovens, de ambos os sexos, que não vêem satisfeitas as suas justas expectativas, no que respeita a aspirações concretas, como:

A — falta de instalações escolares;

— instalações escolares degradadas, muitas vezes pelos próprios jovens, que as sentem desumanizadas;

— turmas super-povoadas;

— estabelecimentos de ensino longe da residência;

— falta de professores, colocação tardia, má preparação de alguns professores que revelam pouca disponibilidade psico-pedagógica para os alunos...

B — O total desfazamento existente entre a Escola e o mundo do Trabalho;

— a extrema dificuldade na obtenção do 1.º emprego;

— formações académicas que não encontram concretização profissional, em empregos quer a nível nacional, quer o não aproveitamento das potencialidades económicas regionais.

Nas causas ligadas à família, consideramos que o consumo de droga pelo jovem, é, muitas vezes, a única resposta que ele encontra a uma grave crise familiar, que se traduz numa longa falta de diálogo, entre o jovem, de ambos os sexos, e os pais.

Essa falta de comunicação pode ter muitas causas, nomeadamente, falta de disponibilidades dos pais, que raramente estão presentes, quando são solicitados pelos jovens; educação demasiado rígida, não facilita o diálogo, entre os pais e os jovens.

Atitudes dos adultos, no sentido de controlar o(a) jovem, como, interrogatórios permanentes, vigiar horários, criticar o modo de vestir, buscas no quarto e bolsos do vestuário, devassar a correspondência, seleccionar as companhias, são algumas das atitudes, que os pais

podem tomar, para comprometer a harmonia familiar e destruir, algumas vezes definitivamente, o diálogo com os jovens.

Finalmente vamos abordar as causas de consumo da droga, ligadas aos próprios jovens.

Pensamos que, a Crise da Adolescência, com todas as suas transformações importantes, a nível físico, intelectual e afectivo-sexual, cria sentimentos de insegurança, que podem levar o jovem a querer experimentar de tudo, tentando auto-afirmar-se através do consumo de droga, que poderá constituir um ritual de passagem, para a idade adulta, como por exemplo era, nos anos 60, a visita a uma casa de prostituição, podendo também constituir um elo de união e identificação com o grupo, com a «malta».

Alguns técnicos, consideram que o alcoolismo, causa sequelas físicas e psíquicas mais graves, que o consumo de drogas leves, havendo nalguns países a despenalização destas; tememos que o consumo de drogas leves seja, algumas vezes, o início de uma escalada para a tóxico-dependência de drogas duras.

Uma eficaz prevenção primária através de sessões de informação, aos jovens e adultos, poderia contribuir para a diminuição do consumo de droga.

Associação Portuguesa de Criatividade

Bengala electrónica para cegos

Há uns anos atrás surgiu no mercado internacional um aparelho para orientação de cegos na rua, denominado Mowat Sensor. Parecia, à primeira vista, uma invenção de grande interesse para os cegos, pois ele permitia a circulação dos invisuais

com alguma segurança, dado que funcionava como uma espécie de lanterna usando ultra-sons.

Assim, o aparelho emitia um feixe o qual ao encontrar um obstáculo era reflectido e fazia acionar um sinal acústico, indicando ao cego que

algo se encontrava na sua frente.

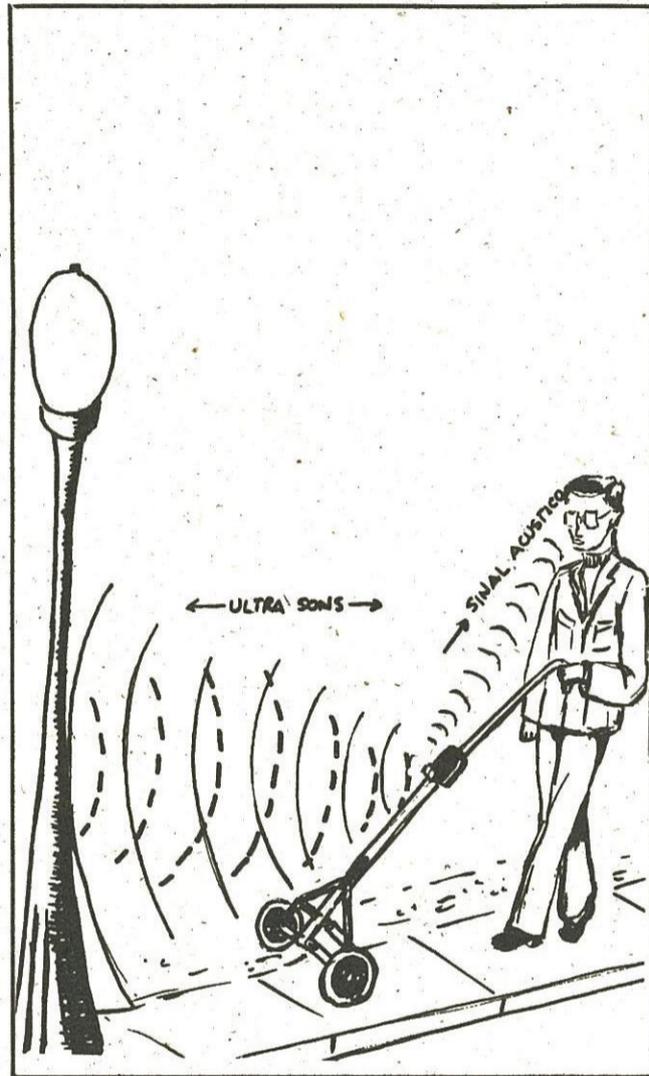
O aparelho, embora aparentemente muito interessante, não teve aceitação por parte dos cegos. O motivo era a impossibilidade de dar o relevo do chão. Assim, o cego poderia tropeçar num passeio ou cair num buraco, apesar da informação obtida pelos ultra-sons.

Dada a sua inutilidade caiu em desuso, continuando os cegos a usar a bengala tradicional ou o cão-guia.

A bengala electrónica construída pela APC é constituída por um sistema de duas rodas articuladas, um sistema emissor-receptor de ultra-sons aperfeiçoado e um sinal acústico intermitente, quando o obstáculo surge a cerca de um metro, o qual informará não só o cego, mas também os outros transeuntes. Deste modo os rodados dão a indicação de relevo do piso e, pela largura do conjunto, o espaço necessário e suficiente para o corpo passar além da presença do obstáculo.

Poderão, assim, os cegos, usando este novo aparelho, caminhar com mais rapidez e maior segurança, evitando choques e quedas que tantas vezes se verificam.

(In «Inventiva», Boletim da APC)



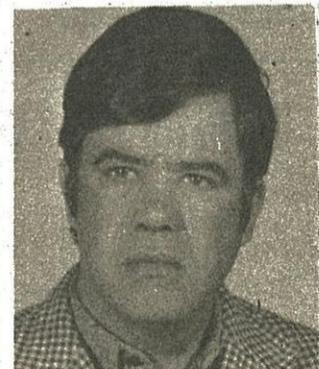
Sócios falecidos

HUMBERTO BETTEN-COURT ATAÍDE, sócio n.º 7450, natural e residente em Guadalupe (Graciosa-Açores) faleceu em 4 de Junho no Hospital Regional de Angra do Heroísmo-Ilha Terceira. Sofria de lombocitologia direita, doença contraída em campanha na Guiné em 1973.



no dia 26 de Junho transacto. Vítima de uma mina anti-pessoal, em Angola em 1964, este nosso camarada sofria de cegueira total da vista direita, e havia sido amputado da perna direita, além de ter cicatrizes extensas na perna esquerda.

ANTÓNIO DE SÁ FERNANDES, sócio n.º 177, natural e residente em Fimalicão, faleceu, vítima de colapso cardíaco, em 24 de Abril. Era Deficiente das Forças Armadas com 18 por cento de desvalorização, por ter sido atingido por uma bala na mão direita, em Dembos, Angola, em 1967.



RAUL PINTO MIRANDA, sócio n.º 2920, natural de Massarelos e residente em S. Mamede de Infesta, faleceu em 28 de Maio vítima de bronco-pneumonia bilateral. Era grande deficiente devido a surdez do ouvido direito e braço esquerdo e cicatrizes várias devido a acidentes sofridos em campanha em Angola no ano de 1961.



JOSÉ DA SILVA, sócio n.º 841, natural e residente em Barcelos, faleceu devido a problemas renais

AOS FAMILIARES E AMIGOS destes nossos associados apresentamos as nossas mais sentidas condolências.

MANUEL CABRAL DO ESPÍRITO SANTO PITA, sócio n.º 6161, faleceu no dia 4 de Junho transacto, na Casa de Saúde de São João de Deus no Funchal, devido a embolia pulmonar.

Era natural da freguesia e concelho de Ponta do Sol, distrito do Funchal.

Era DFA com 35,75 por cento de incapacidade devido a acidente sofrido em campanha em Angola em 1970.

Coimbra

Delegado da D. G. D. visitou ADFa

A direcção da delegação de Coimbra da ADFa acompanhada pelo responsável da Secção de Dinamização Cultural e Desporto, no prosseguimento da sua política de contactos permanentes com entidades sociais, culturais desportivas e recreativas, reuniu, no passado dia 11 de Junho, com o eng.º Carlos Portugal, delegado da Direcção Geral dos Desportos, em Coimbra.

Tratou-se de um encontro profíquo, no qual a representação da ADFa desenhou os vários aspectos de funcionamento da Associação, suas estruturas e objectivos.

A conversa incidiu fundamentalmente sobre o aspecto desportivo, tendo sido abordado mais profundamente a possível colaboração da D. G. D. com a nossa Secção de Pesca.

Foram focados outros assuntos relacionados com a ADFa, havendo da parte do delegado da D. G. D. a promessa de que será prestado todo o apoio possível às iniciativas desportivas a levar a cabo pela nossa Associação.

De concreto, foi acordada a cedência de uma carrinha para o transporte das nossas equipas de pesca.

Não podemos deixar de referir, a maneira aberta e frontal como fomos recebidos, ficando-nos a certeza de que poderemos contar com o apoio da D. G. D.

Ficou em aberto a possibilidade de futuros contactos, mercê dos quais a ADFa, através dos seus serviços competentes, continuará a divulgar, no exterior, os seus anseios e objectivos.

O delegado da D. G. D. foi convidado a visitar as nossas instalações, tendo-lhe sido oferecida, no fim da audiência, uma medalha da ADFa, o que muito sensibilizou o eng.º Carlos Portugal.



Pesca desportiva

17 clubes disputaram concurso nacional

O IV Grande Concurso de Pesca Desportiva de Rio, organização da Secção de Dinamização Cultural e Desporto da delegação de Coimbra da ADFA, aberto a pescadores federados realizou-se, recentemente, no Mondego.

À semelhança de organizações anteriores, a prova teve a presença de grande número de pescadores oriundos dos mais variados locais do País, em representação de 17 clubes.

A prova teve lugar na margem esquerda do Mondego, em S. Martinho do Bispo, tendo sido utilizada uma extensão de 3 Km para cerca 200 concorrentes.

Como tem sido habitual a prova decorreu segundo o programa, havendo a realçar o empenhado esforço de todos os responsáveis pela secção de pesca, que se aplicaram a fundo, tendo em vista o êxito da iniciativa.

Pela importância de que se reveste o facto, não podemos deixar de referir que muitos concorrentes enaltecem de forma explícita a organização do concurso, tanto mais que o mesmo, inicialmente previsto para a Barragem da Agueira, foi, apenas uns dias antes, transferido para o rio Mondego.

Pena foi, que mais esta grande jornada desportiva não tivesse a presença dos órgãos sociais, que haviam sido convidados, pois a sua presença seria forte estímulo para a con-

tinuação de um trabalho que, apesar de todas as contrariedades, continua em frente, fruto do esforço de meia dúzia, dos quais destacamos os atletas da ADFA não associados, que tanto têm dado de si, sendo um exemplo

para tantos sócios envergonhados que continua e despidamente se camuflam nas teias da indiferença.

Damos de seguida alguns dados sobre a prova: Clubes presentes..... 17 Equipas 23

Classificações

Equipas:	P	Melhor Sócio — Vítor Oliveira.
1.ª Penacova A	25	Melhor pescador da ADFA — Romeiro e Carlos Alberto.
2.ª União Coimbra B..	30	
3.ª Poiães A	31	
4.ª Calhabé A.....	33	
5.ª Sourense A.....	35	

Clubes:	Houve ainda classificações para senhoras, juniores e juvenis, além das classificações por sectores.
1.º, União Coimbra; 2.º, Penacova; 3.º, Calhabé; 4.º, Sourense; 5.º, ADFA.	



Imagem dos troféus do Grande Concurso Nacional de Pesca Desportiva que a Delegação de Coimbra da ADFA organizou este ano pela quarta vez



Ano Internacional da Paz

Centenas de personalidades de diversos quadrantes subscreveram já um apelo à Paz, convidando as associações cívicas, culturais e religiosas, as autarquias locais, os sindicatos, as mulheres, a juventude e todos os cidadãos em geral a participarem com a sua iniciativa no Ano Internacional da Paz. Eis o texto desse documento:

Somos cidadãos que, independentemente das diferentes convicções políticas, religiosas e ideológicas, estamos conscientes dos perigos da situação actual, num mundo ameaçado pela acumulação de um potencial bélico suficiente para o destruir completamente e pela agudização de focos de tensão e guerra locais, capazes de degenerar em conflitos de grande envergadura e de consequências imprevisíveis.

Identificamo-nos, enquanto parte integrante de uma nação que em Abril de 1974 recuperou a sua liberdade e com ela uma nova dignidade no concerto das nações, com os ideais da cooperação entre os povos, da coexistência pacífica e do desanuviamento ns relações entre os Estados, consa-

grados na Constituição da República Portuguesa e na Acta Final da Conferência de Helsínquia.

Assumimos, por isso, neste ano em que se comemora o 40.º Aniversário da fundação da Organização das Nações Unidas, a responsabilidade de mobilizar a opinião pública portuguesa em defesa da Paz e do Desarmamento, associando-nos às palavras do Secretário-Geral da ONU, Perez de Cuellar: «Cada indivíduo tem um interesse pessoal no desarmamento. Na era nuclear, as decisões que afectam a guerra e a paz não podem ser deixadas aos estrategas militares nem sequer aos Governos. Elas são da responsabilidade de todos os homens e mulheres do Mundo».

Consideramos consequentemente da maior importância que, na presente conjuntura a opinião pública mundial contribua com a sua voz e a sua acção para abrir decisivamente novas perspectivas às negociações de desarmamento, em particular em Genebra, de modo a porem termo à corrida às armas nucleares na Terra e no Espaço.

Assim os signatários e organizações que no seu conjunto constituem a CDN-AIP (Campanha Nacional de Desarmamento 85 — Ano Internacional da Paz 86), apelam para as associações cívicas, culturais e religiosas, as autarquias locais, os sindicatos, as mulheres, a juventude e todos os cidadãos em geral, no sentido de, num espírito de ampla unidade e participação, assinalarem com as mais diversas acções o lançamento do Ano Internacional da Paz, como tal proclamado, pelas Nações Unidas, o ano de 1986.

- IMPEDIR A TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO CÓSMICO NUM ENORME E DEVASTADOR CAMPO DE BATALHA!
- CONGELAR A INSTALAÇÃO DE NOVOS MÍSSEIS NUCLEARES!
- CONGELAR O DESENVOLVIMENTO DE NOVOS E MAIS PERIGOSOS SISTEMAS DE ARMAS NUCLEARES!
- INICIAR, DE FACTO, O DESARMAMENTO GERAL, SIMULTÂNEO E CONTROLADO, ÚNICA VIA PARA GARANTIR UMA PAZ DURADOURA!
- PARAR A CORRIDA SUICIDA PARA O ABISMO NUCLEAR!
- TRAVAR O IMENSO ESBANJAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, NATURAIS E FINANCEIROS NA CORRIDA AOS ARMAMENTOS

APOIO MÉDICO

CLÍNICA GERAL
Médico: sócio
dr. Fernando Brito

Segundas-feiras, às 14 horas, na Sede

PSIQUATRIA
Médico: dr. Gameiro

Quintas-feiras, às 12 horas, na Sede

PSICOLOGIA CLÍNICA
Psicólogo: sócio
dr. Valente dos Santos

Na Sede: primeira quinta-feira de cada mês às 10 horas

Atendimento domiciliário: nas terças quintas-feiras de cada mês

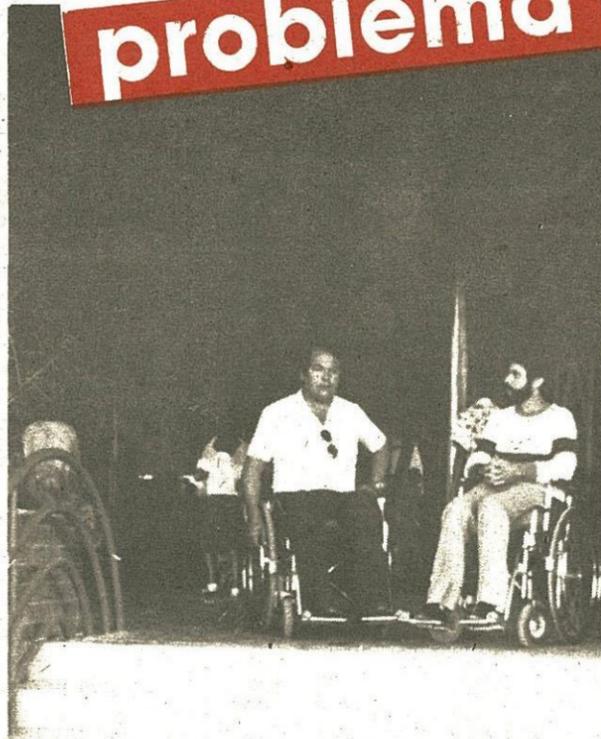
No consultório do dr. Valente dos Santos, em Tomar (Rua Ângela Tamagnini, n.º 11, r/c-Esq.), nos restantes dias, especialmente para os sócios de Leiria, Tomar, Abrantes e Santarém.

FISIATRIA E TERAPIA FÍSICA
Médico: dr. Joaquim Neto
Osteopata:
dr. Borges de Sousa

Quartas-feiras, das 9.30 às 11 horas

Barreiras arquitectónicas

Novas normas para um velho problema



UM despacho conjunto dos ministérios do Plano e da Administração do Território, das Obras Públicas Transportes e Comunicações e do Trabalho e Segurança Social, recentemente publicado em Diário da República estabelece as recomendações técnicas para melhoria da acessibilidade de deficientes nos estabelecimentos que recebam público. O texto legal em causa aplica-se a todas as novas instalações da Administração Pública Central, Regional e Local, e nos seguintes edifícios e estabelecimentos: Museus, teatros, cinemas, salas de congressos e conferências, bem como bibliotecas públicas e outros

edifícios ou instalações destinadas a actividades recreativas e sócio-culturais;
Igrejas e outros edifícios destinados ao exercício do culto;
Lares para a terceira idade, para deficientes e para estudantes;
Hospitais, maternidades, termas, postos médicos em geral, clínicas e centros de enfermagem;
Escolas, centros de formação, internatos e cantinas;
Estabelecimentos comerciais, bem como hotéis, pensões, restaurantes e cafés, cuja superfície de acesso ao público ultrapasse os 150 m²;
Lavabos públicos;
Estabelecimentos prisionais e de reeducação;
Tribunais, secretarias notariais e conservatórias;
Estações de correios, bancos e outros estabelecimentos similares;
Edifícios dos aeroportos;
Estações ferroviárias;
Estações de transportes públicos urbanos e da Rodoviária Nacional;
Gares marítimas e fluviais;
Instalações ou recintos destinados à prática do desporto e à vida ao ar livre, incluindo acessos às praias;
Parques de estacionamento com mais de vinte e cinco lugares, quer sejam construídos ao ar livre, no rés-do-chão, no subsolo ou em andares.

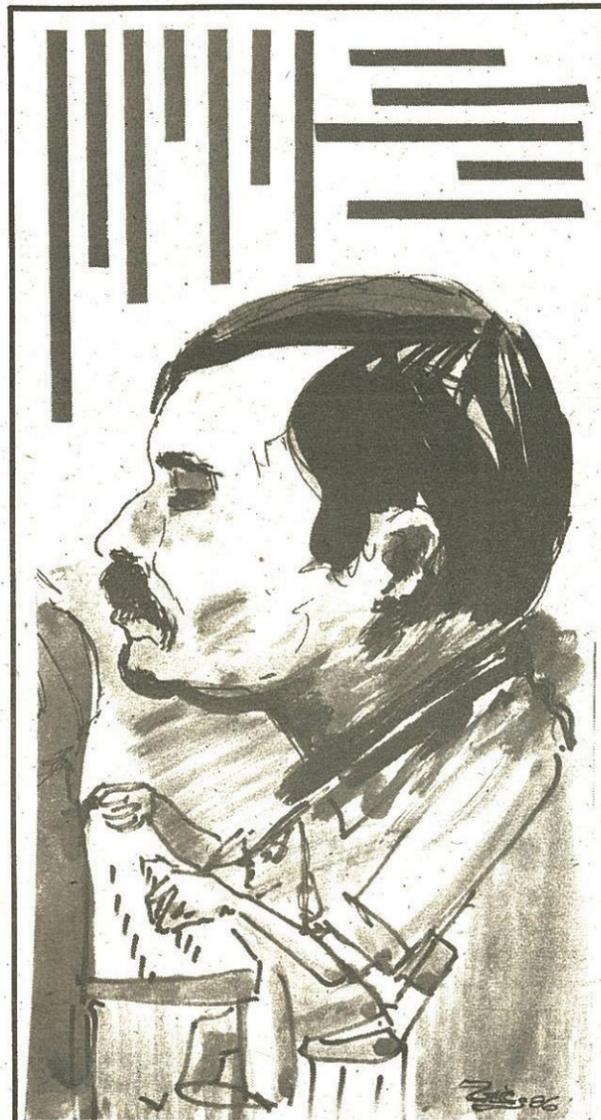
Edifícios já existentes: adaptação «sempre que possível»

O diploma estipula ainda embora com a menção «sempre que possível» que deverão realizar-se obras de adaptação nos edifícios de utilização pública existentes, de forma a torná-los acessíveis a deficientes motores. A parte técnica do Despacho cria normas e medidas para portas, entradas, acessos, guichets, escadas, rampas, corrimões, puxadores, interruptores e outros equipamentos e ainda quanto à natureza e textura de pavimentos.

Assim, a altura dos bordos dos passeios é fixada num máximo de 8 cm, e é recomendada a existência de lajes de textura diferente junto das rampas e início de escadas, para orientação dos cegos.

São ainda estabelecidas cotas para equipamentos sociais destinados a utilização por deficientes. Citamos:

- Nos parques de estacionamento com mais de 25 lugares deverão ser reservados lugares para veículos utilizados por deficientes, na percentagem de 4 por cento.
- Nos sanitários públicos deve prever-se uma cabina de WC adaptada a deficientes.
- Nos balneários termais devem existir, pelo menos, duas cabinas adaptadas para deficientes.
- Nos teatros, cinemas, auditórios, salas de conferências e congressos, bem como nos recintos desportivos e outras instalações onde existam lugares fixos sentados, serão reservados, pelo menos, dois lugares para deficientes. Nas salas com mais de 200 lugares deverão ser reservados para deficientes, pelo menos, 1% dos lugares.
- Nos recintos desportivos 10% das cabinas dos balneários e W.C. serão adaptadas a deficientes.
- 5% dos quartos de hotéis, com um mínimo de um quarto por unidade hoteleira, serão adaptados às necessidades dos deficientes em cadeira de rodas.
- Sempre que possível edifícios e instalações com serviços de atendimento público terão um dos seus balcões ou guichés adaptados a deficientes.
- Nos estabelecimentos comerciais cuja superfície de acesso ao público ultrapasse os 150 m² deverá ser reservada, pelo menos, uma passagem entre caixas registadoras, com uma largura de 90 a 100 cm para ser utilizada por deficientes.
- Nas estações de correios os utentes de cadeira de rodas disporão de uma cabina telefónica (aberta ou fechada) adaptada à utilização por deficientes.



Elo sonoro

Cegos também são gente

Uma velha aspiração da ADFA e de muitos dos seus associados tornou-se realidade. O jornal que tens nas mãos estará dentro de algum tempo à disposição dos camaradas cegos ou com grandes problemas de visão, em «cassettes» elaboradas pelos serviços técnicos do Centro de Produção e Material da Direcção de Serviços de Equipamentos Sociais Oficiais.

Uma primeira edição do ELO Sonoro foi já realizada por esses serviços, com o número de Maio, e os dez exemplares gravados (podendo ser copiado maior número se necessário) circulam já entre os sócios cegos.

O nosso querido Vale, telefonista da Sede, apreciou de tal forma a concretização deste velho anseio que consta, embora não possamos garantir, que deixou de tirar os auscultadores quando sai de serviço, trocando a cavilha, do PBX para o gravador. Para ele vai, por isso, esta gracinha em final de notícia.

Neste número do ELO iniciamos um esforço de melhoria do aspecto gráfico do jornal, que esperamos seja desde já visível, mas não se esgotará nas alterações ora introduzidas.

Prosseguiremos, nos próximos números, tentando que de mês para mês vos chegue às mãos um jornal com cada vez maior qualidade, mais aberto, com maior força na sua acção de divulgar, informar e formar.

Ao mesmo tempo, a Direcção Central está a actuar no sentido de uma maior abertura do ELO à publicidade, como meio de reduzir o seu custo real, a par de uma campanha de incremento das assinaturas, não só para aumentar as vendas como também para aumentar a divulgação da causa dos deficientes entre a população em geral.

Espera-se que as Delegações participem deste esforço de melhoria e maior difusão do jornal, quer a nível da colaboração na sua feitura, enviando notícias, reportagens, simples informações sobre a sua realidade local, quer no tocante à campanha de obtenção de novas assinaturas.

vamos relançar o nosso jornal